

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.315.653 - SP (2018/0154440-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : **COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE ADAMANTINA**  
**ADVOGADOS** : **ADALBERTO GODOY - SP087101**  
 : **VLADIMIR LOZANO JUNIOR - SP292493**  
**AGRAVADO** : **AIRTON EDGAR AUGUSTO**  
**AGRAVADO** : **CARLOS ALBERTO ALBUQUERQUE**  
**AGRAVADO** : **JULIO CESAR MORANDO**  
**ADVOGADO** : **FERNANDO DE SOUZA RIBEIRO - SP172900**

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interposto por COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE ADAMANTINA contra decisão que não admitiu o recurso especial manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Execução de título extrajudicial. Decisão que determinou a suspensão da execução ajuizada contra integrantes do grupo econômico submetido à recuperação judicial. Irresignação da exequente. Descabimento. V. Acórdão proferido por esta C. Câmara que se limitou a afirmar que as execuções ajuizadas contra os produtores rurais também deveriam ser suspensas, tendo em vista a decisão da C.2ª Câmara de Direito Empresarial que os reconheceu como integrantes do grupo econômico, na qualidade de devedores. Possibilidade de, em situações excepcionais, ser excedido o prazo de 180 dias previsto no artigo 6º, §4º, da Lei 11.101/05, tendo em vista as especificidades do caso concreto. Precedentes do E. STJ. Deferimento da recuperação judicial acarreta novação condicional dos débitos, inviabilizando a extinção da execução. Suspensão da execução em razão da necessidade de se observar o cumprimento do plano. Inclusão dos produtores individuais no plano de recuperação judicial em decorrência de integrarem o grupo econômico recuperando. Matéria decidida pela C. 2ª Câmara de Direito Empresarial que não comporta rediscussão. Decisão mantida. Recurso conhecido em parte e, na parte conhecida, não provido.

Nas razões do recurso especial, sustenta violação ao princípio da segurança jurídica, pois *"não pode ser revogada a referida decisão anteriormente proferida, sendo que deve ser declarada a nulidade da decisão agravada em primeira instância, determinando-se a validade do prosseguimento da demanda executiva"* - fls. 1.031

Alega também que *"claramente ocorreu no caso em tela a preclusão pro judicato"* - fls. 1.047

Também defende a impossibilidade de o débito da Cooperativa credora ser sub-rogados unilateralmente, pois, para eventual assunção dos débitos das pessoas físicas,

# Superior Tribunal de Justiça

seria necessária anuência expressa da credora - fls. 1.065.

Aduz da mesma forma que se encontram "*ausentes todos os requisitos legais a sustentar o cabimento de uma medida de suspensão da demanda executiva, tanto o é que sequer houve embargos a execução, não havendo assim como ser concedida a suspensão pretendida e sequer a extinção*" - fls. 1.075.

Por fim, defende que a decretação da recuperação judicial não alcança os devedores coobrigados - fls. 1.078.

É o relatório.

DECIDO.

2. Verifico que, apesar da explicitação dos fatos e fundamentos relativamente a várias alegações, não foi apontado qualquer dispositivo de lei federal como afrontado, o que enseja a deficiência de fundamentação no recurso especial, inviabilizando a abertura da instância excepcional. Não se revela admissível o recurso excepcional, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia. Incidência da Súmula nº 284/STF.

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator